

HABEAS CORPUS Nº 547.643 - RJ (2019/0352314-3)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MARCELLO RODRIGUES DA PASCOA
ADVOGADO : MARCELO RODRIGUES PASCOA - RJ080985
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RICARDO JORGE ALVES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO JORGE ALVES DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no HC n.º 0065674-56.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado como incurso "*nas penas dos artigos 2.º da Lei 12.850/2013, do artigo 155 §§ 1.º e 4.º, I e IV, c/c 14, II, n/f dos artigos 29 e 69 todos do Código Penal; e artigos 54, § 2.º, II e 56, § 1.º, I c/c artigo 58, III da Lei 9.605/98, c/c artigo 61, II "h, n/f do artigo 69 do Código Penal*" (fl. 20). No ato de recebimento da denúncia, em 02/10/2019, foi decretada a sua prisão preventiva (fls. 65-67).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem (fls. 9-14).

Neste *writ*, o Impetrante alega, em suma: a) a ausência dos requisitos e de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva; b) a desproporcionalidade da cautelar restritiva; c) as condições pessoais favoráveis do Paciente; d) o direito à extensão da decisão que beneficiou os Corréus José Rodrigo Gallo de Faria (HC n.º 0065581-93.2019.8.19.0000) e William César Vieira (Ação Penal n.º 0100230.81.2019.8.19.0001).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Inicialmente, cumpre salientar que o pedido de extensão dos efeitos das decisões que revogaram as prisões cautelares dos Corréus José Rodrigo Gallo de Faria e William César Vieira não foi apreciado pela Corte local, de modo que não pode ser

conhecido originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Além disso, a competência para julgar a referida tese é da Corte de origem, no caso do pleito relacionado ao Corrêu José, e do Magistrado de primeiro grau, para o pedido relativo ao Corrêu William, ou seja, dos Órgãos jurisdicionais que proferiram as respectivas decisões benéficas aos Corrêus.

No mais, ao decretar a prisão cautelar, o Magistrado de piso apresentou os seguintes fundamentos (fl. 66; sem grifos no original):

"No caso em tela, os acusados teriam, de forma livre e consciente, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, associaram-se com o objetivo de obter vantagem ilícita, mediante a prática de furto qualificado de combustível, através da perfuração e da sua retirada direta dos dutos da Petrobrás Transportes S.A - TRANSPETRO, formando uma organização criminosa.

Os fatos narrados na denúncia são gravíssimos e de conseqüências preocupantes, já que não são raros os relatos e notícias de vazamentos e explosões causadas por furto de combustível ou seu armazenamento ilegal, sendo que tal fato, no caso em exame, causou a morte de uma criança. O laudo cadavérico atestou que a morte da criança foi causada por distúrbio metabólico e queimadura em mais de 80% da superfície corporal."

Os fundamentos da segregação cautelar do Paciente não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, sobretudo porque salientou que os Denunciados *"associaram-se com o objetivo de obter vantagem ilícita, mediante a prática de furto qualificado de combustível, através da perfuração e da sua retirada direta dos dutos da Petrobrás Transportes S.A - TRANSPETRO, formando uma organização criminosa"*, sendo que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que *"é legítima a tutela cautelar que tenha por fim resguardar a ordem pública quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa"* (RHC 144.517 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 04-09-2018 PUBLIC 05-09-2018).

Ademais, foi destacada a especial gravidade da conduta que *"causou a morte de uma criança"*, sendo atestado que tal morte *"foi causada por distúrbio*

Superior Tribunal de Justiça

metabólico e queimadura em mais de 80% da superfície corporal".

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar a situação prisional do Paciente e o estágio atualizado do processo.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora